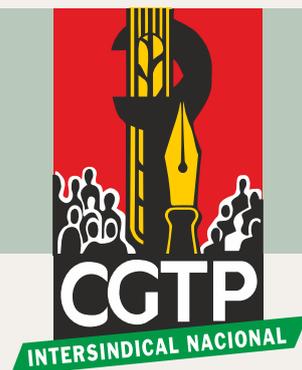


50º. ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

# 25 DE ABRIL, SEMPRE!

---

ABRIL – PRESENTE E FUTURO  
COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!





50º. ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

# 25 DE ABRIL, SEMPRE!

**ABRIL – PRESENTE E FUTURO  
COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!**

A Revolução de 25 de Abril de 1974 é um dos momentos mais altos da História de Portugal, a concretização da vontade colectiva de pôr fim aos 48 anos da ditadura fascista e à guerra colonial, acabar com o atraso em que o País se encontrava, erradicar as gritantes injustiças e desigualdades sociais, construir um regime de liberdade e democracia para a emancipação social e política dos trabalhadores e do povo e afirmar a soberania e a independência nacionais.





50º. ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

# 25 DE ABRIL, SEMPRE!

ABRIL – PRESENTE E FUTURO  
COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!

A CGTP-IN – a maior organização social do País –, quando se cumprem 49 anos de Abril e se aproxima a comemoração do 50º. aniversário da Revolução dos Cravos, lembra a importância da vitória alcançada em 1974 sobre o regime fascista e colonial de Salazar, Caetano e seus sequazes, levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas em aliança com o Povo Português, e a gesta heróica da resistência antifascista e dos trabalhadores, mulheres e homens, que, pela luta, deram um contributo inestimável para tornar possível a libertação de Portugal naquele 25 de Abril de 1974.



50. ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

# 25 DE ABRIL, SEMPRE!

ABRIL - PRESENTE E FUTURO  
COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!

A CGTP-IN lembra o caminho difícil percorrido até então, as grandes lutas travadas nas décadas de 40 e 50, as lutas dos anos 60, nomeadamente, a coragem e determinação dos mineiros de Aljustrel, dos Pescadores de Peniche e Matosinhos, entre muitos outros, como as centenas de milhar de assalariados agrícolas do sul, designadamente do Alentejo e Ribatejo que, em Maio de 1962, após prolongada luta, conquistaram a jornada de trabalho de 8 horas, acabando com o trabalho de “sol a sol”, dias depois de um 1º de Maio com grandes manifestações por todo o país contra a exploração e o fascismo e que, só em Lisboa, reuniu 100 000 manifestantes; as greves operárias de 1967 a 1970. Lutas dinamizadas e realizadas no quadro de um regime opressor e repressivo, com sindicatos corporativos e direcções sindicais maioritariamente da confiança do governo fascista e dos patrões, num tempo em que não existia o direito de reunião, não havia liberdade de expressão e os grevistas e contestatários eram perseguidos e presos, porque eram proibidas as greves e todo o tipo de manifestação e contestação.

Ao mesmo tempo que lutavam pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida, os trabalhadores lutavam também contra as direcções fascistas dos sindicatos, tentando, e conseguindo em muitos casos, substituir direcções afectas ao regime por outras da confiança dos trabalhadores, compostas por mulheres e homens sérios e honrados que exigiam direitos e salários para os seus representados.

50º. ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

**25**  
**DE ABRIL,**  
**SEMPRE!**

ABRIL - PRESENTE E FUTURO  
COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!

**A FUNDAÇÃO DA  
INTERSINDICAL, A LUTA  
CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A  
DEMOCRACIA E EM  
DEFESA DAS CONQUISTAS  
E VALORES DE ABRIL**







**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

A fundação da Intersindical em 1 de Outubro de 1970 é o corolário lógico da luta desenvolvida em tão difíceis condições e um passo decisivo para o reforço da unidade e da organização dos trabalhadores em sindicatos de classe e, conseqüentemente, da mobilização e luta reivindicativa que, entre 1970 e 1974, se multiplicou com greves e paralisações que marcaram profundamente este período até ao dia 25 de Abril de 1974, criando condições para a grande manifestação que, em 15 de Abril de 1972, juntou, no Porto, 40 000 pessoas contra a carestia de vida e a guerra colonial, antecedendo o 1º de Maio desse ano, momento alto da luta do movimento operário e democrático pela democracia, pela liberdade, contra as injustiças e as desigualdades, por melhores salários e condições de vida, contra a carestia e a guerra colonial.

Toda esta luta dos trabalhadores e do povo e a resistência antifascista, com enormes custos em perseguições, prisões e assassinatos, é indissociável das condições para o êxito da acção dos militares do MFA e do 25 de Abril de 1974, logo acompanhada do levantamento popular, em que se integrou o 1º de Maio, e do processo revolucionário que se lhe seguiu.

Durante todo o processo revolucionário, nas empresas e no plano sindical, os trabalhadores constituíram e desenvolveram fortes estruturas e organizações para a defesa dos seus interesses de classe, sendo a sua luta decisiva para a conquista de importantes direitos e liberdades, a que sucessivos governos provisórios deram força de lei.

São exemplos, a par do aumento geral dos salários e da instituição do



**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

salário mínimo nacional e de pensões mínimas, a generalização e duplicação do abono de família, a licença de maternidade, a instituição da pensão social, a legalização do direito à greve e a proibição do *lock-out*, a liberdade de reunião, de manifestação, de associação, a liberdade sindical e de actividade sindical nas empresas e serviços, o direito de contratação e negociação colectivas, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o direito a férias pagas e respectivo subsídio e ao 13º mês ou subsídio de Natal.

O direito à saúde e a um Serviço Nacional de Saúde público, gratuito e universal. O direito à educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade. O direito à segurança social pública, universal e solidária. O direito à habitação. A construção e instituição do Poder Local Democrático.

Durante este período glorioso foi ainda possível, na sequência da luta desenvolvida nos campos do Alentejo e Ribatejo, construir a Reforma Agrária, uma das mais belas conquistas da Revolução de Abril, impor o controlo operário num conjunto de empresas e nacionalizar a banca, os seguros e sectores e empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como a energia eléctrica, a refinação, produção e distribuição dos produtos petrolíferos, os transportes rodoviários, as telecomunicações, os complexos industriais do sector químico, metalúrgico e siderúrgico.

Tal como foi possível o fim da guerra colonial e a independência das colónias, a afirmação do valor da paz, amizade e cooperação com todos os povos.



**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

Todas estas transformações de carácter político, económico, social e cultural progressista (que muitos nunca imaginaram que algum dia seria possível alcançar) foram inscritas na Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976. Constituição que, apesar das mutilações, integra garantias e direitos conquistados que ainda hoje se mantêm e são valores de Abril determinantes para o caminho a trilhar para o desenvolvimento económico, social e cultural do Portugal livre, independente e soberano que Abril consagrou e urge construir.

Nos luminosos tempos da revolução, e em resposta às reivindicações que se faziam nas ruas, nas fábricas e nos campos, legislou-se com sentido democrático e progressista.

Já o longo período de 1976 a 2015 foi tempo de muita resistência e luta dos trabalhadores, conseguindo em diversos momentos travar os objetivos mais vastos da política de direita de sucessivos governos PS, PSD e CDS (sozinhos ou coligados, entre si). Tempo de intervenção e acção de classe da CGTP-IN e do Movimento Sindical Unitário em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e das conquistas da Revolução e pela unidade dos trabalhadores, contra o divisionismo sindical que esses partidos institucionalizaram para «partir a espinha à Intersindical».

Foram os governos da recuperação capitalista que destruíram a Reforma Agrária, privatizaram as empresas e sectores estratégicos do Sector Empresarial do Estado, atacaram os Serviços Públicos e as Funções Sociais do Estado e que, através de sucessivos pacotes laborais, foram



**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

alterando para pior as leis do trabalho, apesar da luta dos trabalhadores, tendo conseguido dar o maior golpe em 2003 com a aprovação do código do trabalho que, entre várias malfeitorias, entregou ao patronato a caducidade dos contratos colectivos de trabalho, uma velha aspiração do grande capital.

É num quadro complexo que os trabalhadores, os seus sindicatos de classe e a CGTP-IN têm desenvolvido a sua luta, quadro que se agravava com a integração, em 1 de Janeiro de 1986, de Portugal na CEE/UE (e mais tarde no Euro), com tratados de onde emanam orientações, imposições e chantagens a que todos os governos se têm vergado, autênticos mecanismos de ingerência, que conduziram à destruição de parte significativa do aparelho produtivo e da produção nacional, nomeadamente na indústria, nas pescas e na agricultura, limitando o desenvolvimento do País e hipotecando a soberania e a independência nacionais.

Entre 2009 e 2015, com os Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o Programa de Agressão subscrito por PS, PSD e CDS-PP com a tróica constituída pelo FMI, UE e BCE, viveu-se um dos períodos mais conturbados dos últimos anos, com os governos do PS e de PSD/CDS-PP. Cortes nos direitos, nos salários, pensões de reforma e apoios sociais, nos serviços públicos e funções sociais do Estado, sob a ameaça da tróica estrangeira de sanções aos países que não seguissem as suas determinações de redução do défice, da dívida e do investimento público, que o governo PSD/CDS-PP ainda levou mais fundo.



**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

A resposta dos trabalhadores foi grandiosa, com centenas de milhares em greves, concentrações e manifestações, que tiveram como ponto alto da sua luta as cinco greves gerais realizadas entre 2010 e 2013. Luta que foi determinante para a queda do governo PSD/CDS-PP e a alteração da correlação de forças na Assembleia da República nas eleições de Outubro de 2015, com toda a direita em minoria, abrindo caminho a uma nova fase da vida política nacional, com um governo minoritário do PS com compromissos políticos firmados com o PCP, o PEV e o BE.

Durante 4 anos (2015-2019), fruto da luta dos trabalhadores, foi possível repor direitos, salários, horários – as 35 horas na administração pública – e avançar na conquista de alguns direitos sociais, como a gratuidade dos manuais escolares e das creches e a redução dos passes nos transportes públicos, entre outros. Só não se foi mais longe, na recuperação e conquista de direitos, por opção própria do PS.

Opção de classe, que marca o actual governo de maioria absoluta do PS, aproveitada pelo grande capital, num quadro político em que aumenta a expressão e promoção das forças e projectos reaccionários, nomeadamente PSD, CDS, Chega e IL, que são uma ameaça aos direitos dos trabalhadores e do povo, às liberdades democráticas, à democracia e ao futuro do País, como o comprovam os projectos de revisão constitucional em curso apresentados por PSD, Chega e IL.

A situação nacional confirma a persistência de défices e bloqueios em áreas que são estruturais para o desenvolvimento do País, deixando-o



**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

vulnerável perante um enquadramento internacional, complexo e instável, sendo de notar:

- a perspectiva de abrandamento económico e risco de recessão com a subida das taxas de juro determinadas pelo BCE;
- a elevada pressão inflacionista, com expressão no aumento do preço de bens e serviços essenciais;
- o aproveitamento especulativo por parte dos principais grupos económicos;
- a acentuada redução do peso dos salários no rendimento nacional, a par da escandalosa acumulação de lucros por parte dos grupos económicos;
- um défice externo que continua a agravar-se ao mesmo tempo que se degrada a produção nacional;
- a intensificação das pressões externas para limitar a despesa pública e o investimento;
- a preparação de novas privatizações – TAP, EFACEC, SATA – e Parcerias Público-Privadas – hospitais, rodovia e ferrovia.

No plano social, é inaceitável que o governo PS, para além de algumas medidas insuficientes e de pendor assistencialista, assista ao aumento do custo de vida, à degradação do poder de compra e à redução do valor real dos salários, pensões e reformas sem adoptar as medidas necessárias para controlar os preços dos bens e serviços essenciais; não intervenha eficazmente para erradicar a precariedade no trabalho e travar o cresci-



**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

mento do desemprego ou para pôr fim aos cerca de 2 milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza (incluindo os 11% de trabalhadores que, mesmo empregados, são pobres); continue a deixar degradar os serviços públicos e as funções sociais do Estado, com destaque para o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social, sem tomar iniciativas que respondam às reais necessidades de financiamento e investimento e de valorização dos seus profissionais.

O governo do PS, com a maioria absoluta que tem na Assembleia da República, teria, mais uma vez, condições para responder positivamente a reivindicações dos trabalhadores mas, em vez disso, firmou com os patrões e a UGT um “acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade” para o sector privado – e um outro entendimento, com a UGT, para a Administração Pública –, que mantém a caducidade da contratação colectiva e outras normas gravosas da legislação laboral, que não valoriza salários e prolonga a perda do poder de compra, que aprofunda a injustiça na distribuição da riqueza e acelera o empobrecimento dos trabalhadores, que não responde aos problemas que afectam o funcionamento dos serviços públicos e que reforça a acumulação dos que mais têm com a distribuição de mais benesses ao grande capital.

A CGTP-IN insiste na necessidade de se intensificar a acção e a luta reivindicativas. A luta dos trabalhadores sempre foi determinante para concretizar avanços laborais, sociais e políticos, pelo que o esclarecimento, a mobilização e o envolvimento dos trabalhadores na luta pela melhoria

50º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

25  
DE ABRIL,  
SEMPRE!

ABRIL – PRESENTE E FUTURO  
COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!

**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

das suas condições de vida e de trabalho, a necessidade de equilibrar as relações laborais, de pôr em confronto interesses antagónicos – explorados e exploradores –, sempre foram e continuarão a ser elementos decisivos para combater a exploração e obrigar a entregar aos trabalhadores uma fatia cada vez maior da riqueza que só eles produzem.

E porque o governo não responde aos problemas estruturais do País e não vai além de meros paliativos que não são solução para as dificuldades com que se confrontam todos os dias os trabalhadores, os reformados e pensionistas, as mulheres e os jovens, generaliza-se e cresce o descontentamento e a luta. Luta, nos locais de trabalho e na rua, contra a acentuação da exploração, as injustiças e as desigualdades, para exigir melhores salários e pensões e mais direitos, melhores e mais fortes serviços públicos, a valorização profissional e melhores condições de vida e de trabalho.

**Uma luta que, no contexto actual, é necessário intensificar e alargar!**

Por isso, a CGTP-IN dirige um forte apelo aos trabalhadores, às suas organizações de classe, aos sindicatos que dão corpo ao Movimento Sindical Unitário, para que, a par do reforço da sindicalização, se organize e dinamize a acção e a luta reivindicativas lançando novos processos e dando maior intensidade a todas as lutas em desenvolvimento em torno dos problemas concretos, tendo, ainda, como objectivos imediatos, dar grande dimensão e combatividade às Comemorações Populares do 49º aniversário do 25 de Abril e às Manifestações do 1º de Maio, onde se dê expressão pública à luta e reivindicações dos trabalhadores para 2023, nomeadamente:



**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

- O aumento dos salários em, pelo menos, 10% e não inferior a 100€, para todos os trabalhadores;
- A valorização das carreiras e profissões;
- A fixação, com referência a Janeiro de 2023, do salário mínimo nacional em 850€;
- A revogação das normas gravosas da legislação laboral e a efectivação do direito de contratação colectiva, com a revogação da caducidade e a reposição do princípio do tratamento mais favorável;
- As 35 horas semanais para todos os trabalhadores, sem perda de retribuição, e o fim da desregulação dos horários;
- A erradicação da precariedade;
- O aumento de todas as pensões de reforma, para repor o poder de compra e assegurar a sua valorização;
- O reforço dos serviços públicos e funções sociais do Estado e a valorização dos seus profissionais.

**No ano em que se assinala o 49º aniversário da Revolução dos Cravos, a CGTP-IN decide dar início às Comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril, com um programa de iniciativas e o objectivo de trazer à nossa memória colectiva os direitos conquistados com Abril e os seus Valores, que defendemos e cujo cumprimento urge garantir para construir o Portugal de Futuro e que tem na Constituição da República Portuguesa o mais sólido alicerce.**

50º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

25  
DE ABRIL,  
SEMPRE!

ABRIL - PRESENTE E FUTURO  
COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!

**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

Toda a intervenção sindical até ao 25 de Abril de 2024 e para além dele, respondendo aos problemas imediatos, assentará na defesa dos direitos conquistados com a Revolução de Abril, nomeadamente, da liberdade de expressão e reunião, de acção sindical no interior das empresas e locais de trabalho, de organização sindical e de sindicalização, de discussão democrática com os trabalhadores, de participação em plenários e nas lutas decididas, direito à greve, direito à negociação e contratação colectiva, tendo sempre em vista o combate à exploração, às desigualdades e discriminações, e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, bem como, a defesa do regime democrático, da independência e soberania do país, da Paz e solidariedade entre os povos.

A vida já demonstrou que os trabalhadores, em unidade, reforçando as suas estruturas representativas de classe com mais sindicalização e dirigentes, delegados e activistas sindicais empenhados e determinados na causa dos trabalhadores, com mais esclarecimento, mobilização e luta organizada, têm nas suas mãos a força para defender e conquistar direitos, fazendo das injustiças, tão profundas e inaceitáveis de que são vítimas no seu dia-a-dia, a determinação necessária para o combate por um País mais justo, democrático e solidário, por uma política alternativa de esquerda e soberana.

**É neste contexto que a CGTP-IN apela a todos os sindicatos, dirigentes, delegados e activistas sindicais para o trabalho necessário para o desenvolvimento da acção e luta, mobilizando também para todas as iniciativas, nomeadamente, para as comemorações do 49º aniversá-**

50º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

**25**  
DE ABRIL,  
**SEMPRE!**

ABRIL - PRESENTE E FUTURO  
COM A FORÇA DOS TRABALHADORES!

**A FUNDAÇÃO DA INTERSINDICAL, A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO,  
PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA E EM DEFESA DAS CONQUISTAS E VALORES DE ABRIL**

**rio do 25 de Abril e do 1º de Maio de 2023, do 53º Aniversário da CGTP-IN e para dar continuidade e mais força à Campanha Nacional de Defesa e Reforço do Serviço nacional de Saúde e à Campanha Nacional pelas 35 Horas de Trabalho Semanal, preparar a realização do XV Congresso da CGTP-IN em 23 e 24 de Fevereiro de 2024, no Seixal, sob o lema “Com os Trabalhadores, Organização, Unidade e Luta! Garantir Direitos, Combater a Exploração – Afirmar Abril Por Um Portugal Com Futuro” e criar um amplo movimento junto dos trabalhadores para grandiosas participações nas comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril e na jornada de luta do 1º de Maio de 2024, Dia Internacional do Trabalhador.**

